



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO Nº 175/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.757/2025

REQUERENTE: DANILO PAIVA CARMO

REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 001382/2023

Trata-se de recurso apresentado pelo Sr. DANILO PAIVA CARMO, em 10 de novembro de 2025, após a notificação da decisão administrativa proferida em 28 de outubro de 2025. A insurgência decorre do indeferimento da defesa administrativa apresentada pelo recorrente contra o Auto de Infração nº: 001382/2023, mantendo a multa aplicada.

Este é o relatório, passo à análise.

O presente recurso encontra previsão legal no art. 43 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.372/2017, a saber:

*Art. 43. Da decisão a que se refere o art. 41 **cabe recurso, no prazo de trinta dias, contados da notificação** a que se refere o art. 42, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao CODEMA.*

*Parágrafo Único - Da decisão contra penalidade imposta nos termos do art. 64 **cabe recurso dirigido ao CODEMA.***

Art. 44. No recurso, é facultada ao requerente, no prazo a que se refere o art. 43, a juntada de novos documentos que julgar convenientes.

Art. 45. Na sessão de julgamento do recurso o requerente poderá apresentar alegações orais, sendo vedada a juntada ou apresentação de novos documentos.

Art. 46. A decisão proferida nos termos do art. 45 é irrecorrível.

Art. 47. A defesa ou a interposição de recurso contra a penalidade imposta por infração às normas ambientais não terão efeito suspensivo, salvo mediante assinatura e cumprimento no prazo fixado pelos órgãos, do termo de compromisso firmado pelo infrator com a SEMMA e entidades vinculadas.

§1º O Termo de Compromisso a que se refere o caput deverá ser requerido no prazo de apresentação da defesa ou do recurso.

§2º No caso de autuação por ausência de Licença Ambiental ou de AAF não se aplica o disposto no caput.

Em observância ao *mandamus* legal, cabe a esta secretaria tão somente a análise de admissibilidade do recurso no que diz respeito à tempestividade, observado o prazo de 30 (trinta) dias disposto no *caput* do referido art. 43.



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

Nesse sentido, considerando que o recorrente foi intimado da decisão em 30/10/2025 (AR nº OY 576 130 021 BR) e que recurso foi protocolado presencialmente na SEMMA, em 10/11/2025, verifica-se que o presente recurso é tempestivo. Assim, deve ser incluído na pauta da próxima reunião ordinária do CODEMA para julgamento em plenário, por se tratar de ato administrativo vinculado

Salienta-se que a Lei Municipal nº 3.596/2.002, relativa ao funcionamento e estruturação do CODEMA, em seu art. 37, § 2º, determina que a Prefeitura Municipal de Patrocínio propiciará os meios necessários ao funcionamento do CODEMA, motivo pelo qual encontra-se anexo a este parecer relatório acerca da questão debatida para apreciação do conselho.

Patrocínio, MG, 10 de dezembro de 2025.

Adriano Gonçalves Ribeiro
Supervisor de setor
Mat. 81.428



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

ANEXO 01 – RELATÓRIO DO PROCESSO

| | |
|-------------------------|---|
| ORIGEM: | Auto de infração nº: 001382/2023 |
| MOTIVO: | Queimada de lote urbano |
| FUNDAMENTO JURÍDICO: | Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/2017: <i>“Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.”</i> |
| VALOR: | R\$1.2540,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais). |
| DECISÃO ADMINISTRATIVA: | <p>“(…) O presente Processo Administrativo foi instaurado em razão dos Autos de Infração nº: 001382/2023, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) em 03/08/2023, em desfavor do Sr. DANILO PAIVA CARMO, por suposta infração ambiental consistente na realização de queimada em lote urbano situado no Setor 026, Quadra 087, Lote 203, localizado na Rua Andorinha, esquina com a Rua Sanhaçu, Bairro Morada do Sol, neste Município. conforme o Laudo de Fiscalização nº 079/2023 e o Boletim de Ocorrência nº 2023-026778655-001.</p> <p>O Auto de Infração foi lavrado com fundamento no art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/2017, e resultou na aplicação de multa correspondente a 2,5 UFM, valor correspondente a R\$ 1.254,00 (um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).</p> <p>A notificação foi recebida pelo autuado em 01/09/2023, iniciando-se o prazo legal para apresentação de defesa administrativa, conforme art. 33 do Decreto Municipal nº 3.372/2017.</p> <p>De acordo com o art. 33 do Decreto Municipal nº 3.372/2017, o autuado dispõe de 20 (vinte) dias contados da notificação para apresentar defesa administrativa. Assim, o prazo</p> |



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

| | |
|-----------------|---|
| | <p>encerrou-se em 20/09/2023.</p> <p>Constata-se, no entanto, que a Defesa Administrativa foi protocolada em 21/09/2023, portanto, um dia após o término do prazo legal, o que caracteriza intempestividade.</p> <p>A intempestividade é vício formal que impede o conhecimento do pedido, conforme a legislação municipal vigente, não sendo possível o exame de mérito da defesa nem a apreciação de eventuais alegações ou pedidos de redução de multa.</p> <p>O Parecer Jurídico nº 120/2025 concluiu pela intempestividade da defesa, recomendando o não conhecimento da mesma e a consequente manutenção do Auto de Infração Nº 001382/2023</p> <p>Diante do exposto, com fundamento no art. 33 do Decreto Municipal nº 3.372/2017 e em consonância com o Parecer Jurídico nº 120/2025, DECIDO:</p> <p>I – NÃO CONHECER da Defesa Administrativa apresentada pelo Sr. DANILO PAIVA CARMO, por intempestividade;</p> <p>II - MANTER na íntegra o Auto de Infração nº 001382/2023, bem como a penalidade pecuniária aplicada, no valor de 2,5 UFM, valor correspondente a R\$ 1.254,00 (um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).”</p> |
| RAZÃO RECURSAL: | <p>O Recorrente sustenta, em síntese, que:</p> <p>O protocolo realizado em 21/09/2023 foi tempestivo, havendo equívoco da Administração na contagem do prazo. Argumenta que a forma correta de contagem está expressamente prevista no art. 59 da Lei Estadual nº 14.184/2002, a qual, nos termos do art. 36 do Decreto Municipal nº 3.372/2017, deve ser</p> |



Prefeitura Municipal de Patrocínio
Estado de Minas Gerais

aplicada **subsidiariamente** aos processos administrativos no âmbito do Município de Patrocínio, MG.

Dessa forma, requer o reconhecimento da obrigatoriedade de aplicação do referido art. 59 da Lei Estadual nº 14.184/2002 e, por consequência, a nulidade da decisão administrativa que considerou intempestiva a defesa, uma vez que tal conclusão decorreu de erro material na contagem do prazo.

Ao final, pugna pelo **conhecimento e provimento do Recurso Administrativo**, com a anulação da decisão que declarou a defesa intempestiva, reconhecendo-se sua **tempestividade** e determinando-se o **regular prosseguimento do processo**, com julgamento de mérito da defesa apresentada.